



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

A HISTÓRIA NÃO CONTADA ATRAVÉS DAS LENTES BRANCAS: IMPLICAÇÕES NA IDEOLOGIA DO RACISMO EM SERVIÇO SOCIAL

KATIANE DE JESUS SOUZA¹

LUANA MESQUITA ARAUJO²

THAIS PIRES ALMEIDA³

RESUMO

Esta pesquisa exploratória busca analisar como o racismo enquanto ideologia, estrutural/estruturante, ratificado pelo mito da democracia racial está enviesado na constituição do Serviço Social brasileiro como profissão. Neste artigo, provocamos que esta dívida histórica com este debate, “alimentou-se” do epistemicídio das literaturas negras como teorias sociais críticas, e na imbricada com a eugenia.

Palavras-chave: Debate étnico-racial. Epistemicídio. Formação e atuação profissional. Serviço Social brasileiro.

RESUMEN

Esta investigación exploratoria busca analizar cómo el racismo como ideología estructural/estructurante, ratificada por el mito de la democracia racial, está sesgado en la constitución del Servicio Social brasileño como profesión. En este artículo, sostenemos que esta deuda histórica con este debate “se alimentó” del epistemicidio de literaturas negras como las teorías sociales críticas, y entrelazadas con la eugenesia.

Palabras clave: Debate étnico-racial. Epistemicidio. Formación y práctica profesional. Trabajo social brasileño.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo emerge das reflexões teóricas de assistentes sociais negras/os/es, as quais

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

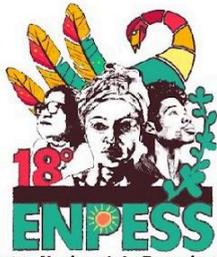
desde a década de 80, tem alçado um “novo” movimento de ruptura com o silenciamento da questão étnico-racial nas dimensões constitutivas e a relação entre a materialidade da formação e atuação profissional do/da Assistente social. Por esse motivo, pensamos em uma investigação exploratória, na qual objetiva elucidar como o racismo enviesado enquanto ideologia, estrutural e estruturante, ratificado pelo mito da democracia racial vai adensar e de certo modo influenciar diretamente na constituição do Serviço Social brasileiro como profissão, em seus aspectos centrais e dinâmicos.

Ou melhor, o ensejo constante em desvalidar os saberes milenares daqueles estão condicionados à margem, e insistência, em contar através das “lentes brancas”, que as desigualdades sociais no Brasil são meros frutos dos problemas de classe/fator desigualdade pobreza, como resposta simplória e expressão da questão social. A arguição investigativa desenvolvida neste trabalho situa a partir dos resultados preliminares, de que, se trata bem mais de um acirramento e disputas teórico-metodológicas, o silenciamento histórico da questão étnico-racial e a excepcionalidade em negar as epistemologias negras como teorias sociais críticas, reflete o movimento de eugenia, muito arraigado nos primórdios da profissão.

1. Pós abolição: o mito da democracia racial na formação profissional do assistente social

Para debatermos como o pós-abolição interferiu diretamente na composição do Serviço Social brasileiro, voltaremos ao cenário sócio-histórico e econômico do Brasil. Abdias Nascimento (1987), em sua obra “O Genocídio do Negro Brasileiro” discute a escravidão da população negra africana e a relação de apagamento de um racismo mascarado na formação da sociedade brasileira. Os africanos, neste contexto, serviram aos objetivos econômicos cruciais para a sustentação da economia do país. Deste modo, salienta o autor que, “sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido” (Nascimento, 1987, p.49) a começar, pela exploração das regiões, se apropriando, por meio da violência e morte de mãos negras escravizadas.

Nesse sentido, nesta seção é apontada os reflexos do contexto de “abolição”, de que modo influenciará o protótipo do mito relacionado a democracia racial no Brasil. A Professora Zélia Amador de Deus (2008) afirma que, o surgimento do movimento abolicionista surge em meados de 1790, pensado pela lente da branquidade, estrategicamente, para o desenvolvimento e progresso enquanto a população negra era enxergada como mancha ao passo da regressão, e sobretudo, condicionada ao não-lugar na sociedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A autora salienta, que:

As análises explicativas do Brasil, elaboradas em fins do século XIX e início do século XX, surpreendam pelo cunho claramente racista. A escravidão impunha limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno do país. No que diz respeito aos rumos que o desenvolvimento do país devia seguir, a população negra não era levada em consideração. O que é levado em conta é a escravidão, como sistema que, se entendia, consistir num entrave que não permitia a entrada do progresso e do avanço econômico, político e cultural do Brasil (Deus, 2008, p.88)

Dito isso, conseguimos observar como os corpos negros são predestinados a margem da sociedade, sendo descartados e marginalizados, o negro começa a ser mirado pelo movimento não com a intenção de protagonismo e defesa a população, e sim, o contato com a população negra contaminava a pureza da raça branca (Deus, 2008). O cunho racista está nas raízes da formação sócio-histórica deste país que, como já mencionado, foi construído sobre a exploração e violência da população negra. Com isso, perguntas precisaram ser feitas e respondidas, como evidencia a autora:

é neste contexto que, sob a ótica do racismo, que vai sendo tecida a cultura oficial da recém instaurada nação brasileira. O dilema persiste: como aspirar ao progresso e ao desenvolvimento, se a maioria da população, por causa da raça, está condenada ao atraso, segundo as teorias racistas? O branqueamento e a miscigenação, então aparecem como a única saída (Deus, 2008, p. 89)

Aliada a esta discussão, Nascimento (1987) vai apontar que o processo de branqueamento está entrelaçado ao mito da democracia racial, devido ao crescimento da miscigenação por meio da exploração sexual forçada entre mulher africana e o homem branco, tal qual gera a propagação considerada um marco para o crescimento positivo para a sociedade. No entanto, a ideia de superioridade da raça branca, era o pilar fundamental do desempenho da “nova” sociedade para o tal sonhado progresso (Deus, 2008).

Endossando o debate, Nascimento (1987), enfatiza que, a ilusória democracia racial terá a ajuda para propagação no Brasil, das “ciências históricas” na qual refletiria, teoricamente, uma sociedade, com igualdade, sem distinção de raça. Além disso, o autor revela que a igreja católica foi fundamental para a propagação de mentiras para acobertar a violência, morte e exploração dos escravizados, ele afirma que, o “Cristianismo, em qualquer de suas formas, não constitui outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (Nascimento, p.53).

Em resultado disso, a escravidão foi planejada para acobertar as instituições que conquistavam sobre a exploração e violência sobre esses corpos. O “mito do africano livre” em sua obra, o autor reforça o estereótipo de servidão e exploração assim “atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidade os senhores, o estado, e a igreja” (Nascimento, 1987, p.65).

Dito isso, compreender a linha histórica racista da formação brasileira, é adentrar o berço do Serviço Social brasileiro em suas dimensões ético-político, teórico-metodológico e teórico-prática, “[...] precisam ser dissecados em suas articulações com práticas racistas e discriminatórias e com a naturalização das diferenças, como desigualdades, elementos estruturais de nossa formação social e histórica” Silva (2022, p.38). A autora Eurico (2017) aponta que em 1980 a profissão integra um compromisso renovado ético- político contra a exploração, opressão, de raça/etnia, gênero, classe, que cercam a classe trabalhadora.

Através da análise de Silva (2022), no debate introdutório sobre os fundamentos da gênese do Serviço Social brasileiro, ela aborda os impactos pós-abolição, juntamente com teorias racialistas que aconteceram no mesmo período em que as primeiras escolas de Serviço Social surgem no Brasil em meados ao processo de industrialização do país.

As teorias racialistas tornaram-se, no pós abolição, um importante substrato ideológico da elite intelectual colonizada. Todo o pensamento sobre raça que vinha da Europa era não somente repetido, mas adaptado tanto às necessidades de manutenção do poder como ao desejo de alcançar para o país uma imagem cada vez mais próxima da europeia branca (Silva, 2022, p.39)

Nessa conjunção, as teorias se consolidam e ganhavam força, e ao mesmo tempo, as criações das primeiras escolas do Serviço Social surgiam. Silva (2022) destaca a relação do racismo, eugenia e higienismo nas raízes da formação do assistente social, adotadas pela profissão desde sua gênese e o processo de institucionalização. Em face desta perspectiva histórica, Yamamoto (2002, p. 26) define a “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. Nesse sentido, a autora referência na discussão da gênese da profissão, aponta a questão social pela via da acumulação do capital por meio do trabalho e a exploração de mão de obra, logo o crescimento do pauperismo.

Com maestria, a autora explora a questão social, pela via de classe social como principal análise das relações sociais no Brasil, porém não evidencia a questão étnico- racial, na qual, é uma das estruturantes das desigualdades sociais do país. Segundo Eurico (2017)

Ao eleger a questão social como objeto de intervenção, a profissão precisa considerar que a complexidade da realidade social brasileira não está circunscrita apenas ao modo de produção capitalista, precoce entre nós, mas também medularmente vinculada aos séculos de escravidão no Brasil e às condições de existência da população negra, que herdou o legado da invisibilidade, no acesso à riqueza socialmente produzida. (Eurico, 2017, p.423)

A partir disso, a brecha existente dentro da formação do assistente social cria estigmas na sua leitura da realidade, como pensar e analisar os atravessamentos dos/das usuários, na qual tem cor, gênero e classe embricadas na política de assistência, saúde, educação, previdência e tantos outros espaços sócio-ocupacionais que as/os profissionais estão inseridos. Os dados de 2023 (o mais atual) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam, nos dados de 2023, que a população negra dispara entre a maior quantidade de desempregados/as no país “Em 2021, a taxa de subutilização era de 22,5% entre os brancos, enquanto era de 32,0%” (IBGE, 2023). Desse modo, conseguimos concluir que a questão social está atravessada com a questão racial, embricados por meio da relação de acesso que a população negra começa a ter, dentre elas, manter a estabilidade no mercado de trabalho (Eurico, 2013).

Nesta via de discussão, os estereótipos criados na distorção da construção brasileira estão análogos “A noção deturpada da formação social brasileira ainda permeia o imaginário social e favorece a reprodução acrítica de valores que continuam a inferiorizar e a desqualificar a população negra, a partir de um referencial branco europeu” (Eurico, 2017, p. 415). No resultado de sua pesquisa, a autora conclui a presença do racismo institucional presente no trabalho do assistente social, como reprodutor da manutenção do racismo na prática profissional, e presença do conservadorismo como consequência do tardio debate da questão étnico-racial. Assim, para a decorrência do trabalho profissional, o assistente social precisa vincular a processo de escravidão e pós-abolição presentes nas raízes da profissão, atreladas a falsa ideologia da igualdade racial.

2. Silenciamento das epistemologias negras no Serviço Social brasileiro

Estamos cansados de saber que nem na escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla se dá o nome de: sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que tentar mostrar que a coisa não é bem assim, né? (Mulherio, ano II, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982, p. 3).

Recorremos a Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga, professora, ativista do movimento negro e feminista negra do século XX, para evidenciar que a presença do silenciamento das epistemologias negras ainda está profundamente enraizadas na sociedade brasileira, apesar de alguns avanços significativos no combate ao racismo nos últimos anos.

Quando Lélia (1982) expressou sua frustração, dizendo que estava cansada das escolas e dos livros que não contavam a verdadeira história da população negra, essa indignação também ecoou nas/os profissionais e estudantes negras/os do Serviço Social do século XX e ainda ecoa em nós na atualidade. Estamos exaustas/os com a lacuna no debate étnico-racial dentro da profissão, mesmo diante de indicadores sociais alarmantes que demonstram que a população negra continua a enfrentar o desemprego, baixos salários, falta de moradia e, principalmente, a que mais necessita das políticas de proteção públicas, especialmente a Assistência Social.

O debate étnico-racial no Serviço Social não é uma questão recente, ele tem sido reivindicado e protagonizado na profissão desde o século passado por professoras e assistentes sociais negras, como Magali Almeida da Silva, Elisabeth Pinto, Mabel Assis, entre outras (Procópio, 2022). Contudo, apesar dos avanços e da intensificação da luta de assistentes sociais, intelectuais e estudantes negras/os nos últimos anos, o silenciamento dessa questão ainda persiste na profissão.

Como bem ressaltou Magali Almeida em uma entrevista, o racismo é extremamente perverso, pois não reconhece o protagonismo da produção intelectual de autoras/es negras/os. Isso não quer dizer que no século XX o racismo não existisse ou que não houvesse autores que o abordassem, pelo contrário, temos exemplos como Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez, Nilma Bentes, Angela Davis, entre outras. O que Magali Almeida caracteriza como racismo perverso pode ser entendido como um epistemicídio dos conhecimentos e saberes da população negra, que historicamente têm sido subalternizados pela colonização e escravização.

A filósofa Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado “A construção do outro como não-ser”, engrandece o conceito de epistemicídio, destacando-o como um elemento central da racialidade do poder. Para Carneiro (2005), o epistemicídio vai além da simples negação e desvalorização do conhecimento produzido pela população negra, ele também atua no campo do genocídio tácito. Esse processo de racialização define quais grupos são considerados intelectualmente inferiores e, portanto, merecedores de dominação epistemológica, desconsiderando e apagando suas contribuições para o mundo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Carneiro, 2005, p.97)

Carneiro (2005) ressalta que a educação formal no Brasil desempenha um papel crucial na reprodução das dinâmicas de poder e privilégios das elites econômicas, intelectuais e políticas, naturalizando as desigualdades raciais. Nesse contexto, prevalece uma lógica epistemológica que orienta a produção e reprodução do conhecimento ocidental, resultando na desqualificação de determinados sujeitos e no silenciamento de seus saberes.

No Serviço Social, essas dinâmicas se manifestam de diversas formas. Um exemplo é o fato de que os currículos acadêmicos tendem a ignorar ou a marginalizar as contribuições de autoras/es e intelectuais negras/os, o que acaba reforçando uma perspectiva eurocêntrica na produção do conhecimento. Essa exclusão não só torna invisíveis os saberes gerados por pessoas racializadas, mas também compromete a formação dos assistentes sociais, que terminam seus estudos sem a compreensão necessária das questões étnico-raciais que impactam a população negra (Correa).

Maria Antonieta (2021), em sua tese, descreve e problematiza a ausência de disciplinas que abordem a questão étnico-racial nos currículos acadêmicos, além de destacar a falta de espaço para autoras/os negras/os. Esses currículos mantêm uma lacuna significativa, pois ainda não incorporaram a estrutura de raça, etnia e gênero como dimensões fundamentais, que, interseccionadas com a classe, moldam as refrações da questão social.

Como mulheres negras amazônidas e pesquisadoras no Serviço Social, percebemos essa realidade de forma aguda em seminários, eventos e debates, no qual o conhecimento produzido pela nossa população é frequentemente desvalorizado. Mesmo que haja algum avanço no debate étnico-racial na profissão, ele só será efetivo se as epistemologias incorporadas deixarem de ser



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

exclusivamente as epistemologias brancas. Eis o ponto primordial que nos apregoa no interior da história da nossa profissão, explanar os porquês deste incômodo e silenciamento, e a redução da luta antirracista ao viés simplório e mero identitário.

Percebemos que, esta leitura e redução simplista as insurgências dos grupos sociais contra a subalternidade imposta, se alimenta, sobretudo, da condição e avanço daquele “conservadorismo”, no qual ainda mantém suas bases enraizadas na atualidade, sobre práticas profissionais que se atualizam em diretrizes neutras, acrílicas e que não conseguem teorizar a respeito de uma dimensão sócio-histórica de como foi constituída nossa formação social.

3. Quando a intenção de ruptura e perspectiva de transformação social privilegia apenas classe: descaminhos para uma formação profissional antirracista

As lacunas que impedem o Serviço Social avançar, de fato, na luta antirracista parte justamente de um passado não tão distante para a profissão, o itinerário clássico científico muito salienta a premissa de que foi preciso um esforço secular para romper com o conservadorismo. Nesta concepção, a vasta literatura da profissão narra este rito iniciático de abandono as teorias funcionalistas e positivistas, pragmáticas “embaladas” também na coletânea organizada por Maria Liduína Silva (2016).

Conforme a linha histórica apresentada por esses autores, a escolha central pelo debate de classe, a luz dos marxismos⁴, foi árdua em meio aos acirramentos conjunturais da época. Importante considerar que o Serviço Social vai priorizar neste movimento, no cerne das relações orgânicas, uma intenção de ruptura com a direção hegemônica vigente refém do projeto societário burguês.

Esta linearidade temporal é muito bem desenhada por Franci Cardoso (2022) ao assinalar que as transformações significativas gestadas no seio da profissão nunca foram descoladas do contexto histórico. E nesta ótica, apreendemos que:

Na conjuntura brasileira da segunda metade da década de 1970, os espaços da ação profissional ampliaram-se, extrapolando o âmbito institucional, para uma maior aproximação com o movimento organizativo das classes subalternas. No processo de redefinição da prática profissional, foi ocorrendo um desligamento da perspectiva modernizadora que, embasada em referências neopositivistas, caracterizou o Serviço Social nas décadas anteriores, desenhando-se um projeto de ruptura de compromisso com o poder burguês que marcou a profissão historicamente. (Cardoso, 2016, p.154)

⁴ Nesta linha de interpretação, partimos das diferentes matrizes teóricas do Marxismo emergentes nos debates da década 70, conforme atestam os clássicos literários da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É formidável reiterar que esta aproximação da profissão com o movimento das classes em condição de subalternidade foi o motriz para mudança na direção teórico-metodológica inspirada nas vertentes do marxismo, e que posteriormente, culminou como substrato para a deflagração do movimento de reconceituação nas décadas de 70 e 80. Neste interim, a literatura negra da profissão destaca que neste período presenciávamos a efervescência do movimento negro. De fato, como aponta Magali Almeida (2013), desde a década 80, em um período marcado pela implosão do Movimento Negro, houve a necessidade de reafirmar os direitos da população negra naquele contexto em decorrência de séculos de subjugação.

Nossa militância não era interna ao sindicato ou em partido – era no Movimento Social. Nossa tarefa era trazer os negros, perceber onde o negro estava. Onde estivesse a “negrada”. É importante mencionar que o debate era direcionado ao negro. O negro deveria militar para as bases. Eu costumava militar, em Queimados, na praça, na feira de domingo, nos bailes, pelo partido, pelo PT (fazia parte de uma tendência trotskista). O tema da questão racial começou a car muito fortalecido e sem falar no número de pessoas que começamos a trazer. Isso se constitui em uma crise dentro da tendência. (Almeida, 2013, P.2-3)

Esta importante pesquisadora do itinerário negro científico da profissão aponta o racismo à brasileira, no qual opera do ponto de vista estrutural e estruturante no âmago da exploração e expropriação deflagradas na sociabilidade capitalista contemporânea. Além disso, Magali Almeida (2013) destaca em suas contribuições primordiais, ao enunciar o preceito atrelado ao fato de que propor políticas antirracistas sempre incomodou aqueles que estão na bolha dos seus privilégios.

Ora, enquanto a Literatura branca da profissão desenha a década de 70 e 80 como um mero “caldo” político social e cultural marcada pela insurgência de movimentos das classes, como estes recorrentemente chamam, “subalternas”; o itinerário científico negro protagonizado por Magali Almeida (2013), Márcia Eurico (2023, p.3) vai descortinar as dinâmicas de luta que envolviam as influências do Movimento negro na militância pela inserção do debate étnico-racial nos coletivos, ao ponto que o movimento social assume relevância substancial no que tange a luta corporificada. Ou seja, o Movimento negro estava ali, no entanto as suas reivindicações estiveram nas tessituras das demais, simplificadas a partir do olhar, e da direção social cuja “classe” ainda não encontraria a “raça”.

De tal modo, importante situar que neste contexto é inegável o protagonismo de mulheres negras assistentes sociais no interior do movimento negro, mesmo que seja concebido a partir de uma mero barulho das “classes subalternas”. Nesse sentido, assinala Márcia Eurico (2023, p.3)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“Destaco a importância dessas mulheres na inserção do debate étnico-racial nas deliberações da categoria profissional a partir das(os) profissionais que integram a gestão do Conselho Federal de Serviço Social no período de 1990 a 1993.” As insurgências políticas anunciadas pela autora desvelam o esforço de intelectuais negras da profissão em retornar às conjunturas históricas para compreender e reconhecer o racismo no interior da nossa formação social no passado está como alibi e é primordial para o fato de enfrentá-lo no presente.

Sabemos que o Movimento de reconceitualização elucidado pela literatura clássica do Serviço Social foi primordial para fincar as diretrizes profissionais inspirada em uma nova ordem societária, que privilegiasse a superação da ordem burguesa. Ao ponto de que a profissão concebe uma nova perspectiva na qual vai orientar e redimensionar o trabalho e formação profissional. Ao ponto de que:

Essa direção movimenta-se na contramão do projeto neoliberal hegemônico na sociedade, mundialmente, e impõe essa postura para continuarmos avançando na perspectiva de ruptura com as velhas práticas profissionais e com a velha sociedade, contribuindo para a construção de novas relações e condições e para a emancipação da humanidade (Cardoso, 2016, p.154)

No entanto, caros leitores/as/, como poderíamos privilegiar a superação da ordem societária burguesa, se muitos dos nossos ainda servem ao modelo burguês e branco? Acontece que nesta luta pela emancipação humana, pessoas negras e indígenas não estão nesta condicionalidade, tiveram e tem seus saberes apagados/negados, suas movimentações políticas foram e são reduzidas ao identitarismo. Mesmo que a profissão tenha abraçado e integrado às lutas das “classes subalternas”, se manteve vendada para enxergar estes sujeitos e suas epistemologias como políticas, privilegiando uma direção social pautada na perspectiva ontológica da classe.

Esta opção por tal direcionamento político levou ao apagamento da Literatura negra, além disso, Eurico e Rocha (2021, p.198) descrevem que entranhado nas estruturas ainda são sustentadas a ideologia de que “o debate sobre as relações raciais no Brasil opera a partir do reducionismo acerca da importância da presença negra e indígena no país, dos impactos da escravidão sobre as condições de vida da população negra”. Este fator que não está apenas no campo histórico, mas que persegue nossos corpos na contemporaneidade, e das violações nas quais estamos sujeitos a precariedade de acesso às políticas públicas e sociais.

4. Considerações nada finais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

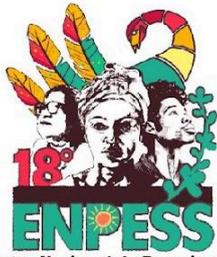
Tereza Martins (2016) revela questões substanciais no que tange aos ordenamentos da luta na busca por uma profissão que reconheça a colonização e a escravização como fundantes de um sistema no qual “o trabalho livre”, demarca contornos próprios na dimensão política e social brasileira. É preciso reconhecer nesta construção de interesses econômicos e políticos que marcam significativamente a percepção do que vem a ser classe trabalhadora no Brasil. Ou seja,

Diante dos interesses econômicos e políticos de redefinir o trabalho no país. As pretensões de redefinição social e cultural do trabalho conduziram-se no sentido de uma política de valorização do imigrante, num processo em que o/a negro/a, ao entrar nas novas relações de produção, viu-se profundamente marginalizado/a pela ideia de trabalho assalariado associado a uma força de trabalho estrangeira e branca. As etnias índia, negra e mesmo a branca nacional foram questões que a nascente burguesia remeteu para segundo plano.(Martins 2017, p.4)

É preciso reafirmar o debate étnico racial no Serviço Social para Gonçalves (2018), uma vez que o projeto de sociabilidade emana de sua própria forma subjetiva a formação de uma classe trabalhadora pautada nos resquícios históricos e seculares de espoliação da mão-de-obra escravizada. E nesse sentido, Tereza Martins (2017, p.4) ressalta que a colonização resultou em processos significativos para as expressões da questão social na sociabilidade brasileira. Pois, o racismo vai operar como eixo fundante nesse processo, principalmente na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no período que compreende a Proclamação da República. Deste modo, a autora é sagaz ao afirmar que a mão de obra negra assume um papel substancial no que tange ao processo de desenvolvimento econômico capitalista brasileiro, fazendo-se presente nas transformações das relações de produção, mesmo que no curso da história esses trabalhadores estivessem à margem

Compreendemos, a partir desta pesquisa exploratória, como o Movimento negro assume um ponto crucial no que compete a este sentido de irromper, politizar e reafirmar o lugar do negro nas instâncias de poder. E neste contexto, Aline Correia (2020) ao abordar em suas pesquisas como na história do Serviço Social se processa o silêncio em torno da questão étnico-racial, e que nos compêndios literários, a marginalidade é atribuída nos primeiros Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e ainda hoje, o caráter secundário ao qual esta temática é atribuída revela a invisibilização do racismo nas relações sociais brasileiras.

Nesta ótica, os apontamentos da autora acerca como a inserção do debate étnico racial revelam a possibilidade de se “compreender o racismo estrutural sobre o qual se ergueu o



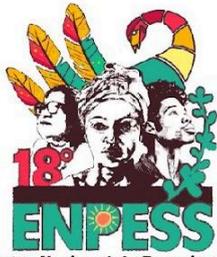
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitalismo brasileiro e romper com o mito da “democracia racial” que serve à dominação burguesa.” (Correia, 2020, p.132). É basilar destacar as reflexões no que concernem ao fato de que “Não podemos esquecer o mito da “democracia racial”, pois, como ideologia dominante, ela serviu para esconder a existência de um racismo estrutural manifesto no plano da vida material da parcela majoritária da classe trabalhadora racialmente discriminada.” (Correia, 2020, p.132).

Esta pesquisa buscou no movimento político das mulheres negras a própria referência a análise deste marco incisivo, no qual reverbera em um caminho primordial para entender como o Serviço Social tem caminhado para um novo Movimento de Reconceituação, o que neste artigo chamamos de: “virada” antirracista. Deste modo, elucidamos o protagonismo das mulheres, as quais radicalizam o significado de serem negras na sociedade de classes, na compreensão das atuais mudanças e os desafios postos à profissão na contemporaneidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Epistemologias da igualdade. [Entrevista concedida a] Djonatan Kaic Ribeiro de Souza e Leonardo Ortegá. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 428-438, 2017.

_____. Pioneirismo na discussão étnico-racial no Serviço Social. Revista Libertas, Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18263/9504/76402>. Acesso em 7 set 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Letramento, 2018.

AMADOR DE DEUS, Zélia. Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. **Zélia Amador de Deus, orientadora: Marilu Campelo.–2008. Tese (doutorado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.** Acesso em: 24 jul 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3060>

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves (2017). Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, set./dez. 2017, (p. 325-334).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 96-124, 2005.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro. Dissertação (mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Sergipe, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14007/2/ALINE_NASCIMENTO_SANTOS_CORREIA.pdf. Acesso em 13 dez 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social Brasileiro. Racismo estrutural, institucional e Serviço Social. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020.

EURICO, Márcia Campos. "Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social." *Ser Social* 19.41 (2017): 414-427. Acesso em: 01 agosto 2024. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Da+escravid%C3%A3o+ao+trabalho+livre%3A+contribui%C3%A7%C3%B5es++para+o+trabalho+do+assistente+social+%2F&btnG=

FERNANDES, Florestan; NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação. 3. ed.-São Paulo, Cortez, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html?view=default> Acesso em : 18 agosto de 2024.

SANTOS, Maria Antonieta Rocha dos. "Interseccionalidade (s): um não lugar na formação em Serviço Social". Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socio-econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2021.

SILVA, Ana Paula Procópio. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. EURICO, Márcia Campos; OLIVEIRA, Maria Liduína; PASSOS, Rachel Gouveia. Antirracismos e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

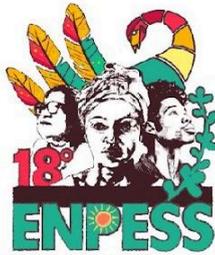
_____. "A escrevivência serve também para as pessoas pensarem" Entrevista ao Itaú Social em 9 de novembro de 2020. <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-aescrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 10 mar 2023.

GONZALÉS, Lélia. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. *Mulherio*, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo 4. Brasília: Unb, 2000, p.51-63.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação E Conservadorismo No Serviço Social: Ensaio Crítico. 9.ed. Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da. **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social** / organizadoras. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em 23 abr. 2021.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. In: **Revista de Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. nº. 111. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300004&script=sci_arttext. Acessado em: 13 jun 2022.

MARTINS, Teresa C.S. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? In: **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 275-295, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14686/12989

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 edições, 2018 - <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 5 ed. São Paulo:Cortez, 2009.

PROCOPIO DA SILVA, A. P. Higienismo, eugenia e racismo na Gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: **Antirracismos e serviço social/** (orgs.) Márcia Campos Eurico et al. São Paulo: Corte,2022.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.